

**A GEOGRAFIA DE JOSUÉ DE CASTRO: A REGIONALIZAÇÃO  
DA AMÉRICA LATINA E DO BRASIL  
NAS OBRAS GEOGRAFIA DA FOME E GEOPOLÍTICA DA FOME**

Inês Aguiar de Freitas

Rachel de Almeida Moura

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Rua São Francisco Xavier, 524 sala 4017 D 4º andar

CEP: 20.550-013 – Rio de Janeiro - Brasil

freitasines@bol.com.br

rachel\_amoura@yahoo.com.br

## **Introdução**

O Brasil tem, neste momento, sob a presidência de Luiz Ignácio Lula da Silva, entre suas principais preocupações, a erradicação da fome vivida por parte de nossa população. Programas de governo como o “Fome Zero” ou o “Bolsa-Família” soam como projetos a serem implantados com extrema urgência, em busca da solução para tão grave problema

Creemos, então, que é tempo de relermos nossos clássicos, buscando também, no passado, idéias que sirvam como luz a tais programas ou que, pelo menos, nos forneçam certos conhecimentos fundamentais no tema.

Nesse sentido, gostaríamos de propor a (re)leitura das obras de um geógrafo clássico, Josué de Castro, especialmente seus trabalhos concernentes a uma “geografia humana” do Brasil e da América Latina, tais como a *Geografia da Fome* (1946) e *Geopolítica da Fome* (1951), trazendo assim, a contribuição da geografia para o tema em debate – a fome – este trabalho tem por objetivo identificar o método geográfico na obra de Josué de Castro, a partir de uma análise da utilização que o autor fez do conceito de “região geográfica”, a partir do qual desenhou suas “regiões da fome”.

As obras em foco de Josué de Castro versam sobre a “fome orgânica” e a “fome política”, sendo de fundamental importância histórica, pois foram escritas numa época em que havia poucos estudos a esse respeito. De modo pioneiro, Castro se questiona sobre a fome “num mundo com capacidade quase infinita de aumento de sua produção e que dispõe de recursos técnicos adequados à realização desse aumento” (CASTRO, 1987, 33).

Assim, tendo por objetivo analisar os hábitos alimentares dos diferentes grupos humanos relacionando-os a determinadas áreas geográficas, o autor procura descobrir as causas naturais e as causas sociais da fome, tornando-se pioneiro no levantamento de tais questões, fugindo de um determinismo geográfico tão difundido na época. Em consequência disso, sua maior contribuição foi em provar que a fome é muito mais um produto de fatores sócio-culturais do que de fatores de natureza “geográfica” (os fatores ditos “naturais”).

### **O método geográfico/regional em Josué de Castro**

Embora médico, Castro utilizou-se amplamente dos conhecimentos da geografia, percebendo e definindo a fome como um fenômeno universal. Em seu livro *Geografia da Fome* (1987, 34-35) diz, claramente, optar pelo método geográfico moderno. Para este autor a ciência geográfica tem o objetivo de “localizar com precisão, delimitar e correlacionar os fenômenos naturais e culturais que ocorrem à superfície da terra”.

Influenciado pela Escola Francesa de Geografia, leu os trabalhos, principalmente, de Vidal de la Blache e Elisée Reclus, o que levou Josué de Castro a definir os limites geográficos de cada região, realizando um importante levantamento histórico e natural, a fim de entender quais “gêneros de vida” correspondem às suas “regiões da fome” e como estes se inter-relacionam com as deficiências alimentares e suas respectivas doenças. Sua base para análise, portanto é o *possibilismo*, como ele mesmo defendeu: “possibilismo é o grau de adaptação e ajustamento dos diferentes grupos regionais de

nossas populações às variadas zonas geográficas do país. E são exatamente as expressões dessas variadas formas de adaptação que dão relevo a fisionomia cultural de nação”. (CASTRO, 1987, 41). E ainda: “na paisagem nordestina a expressão geográfica é tão rica de significação e tão impregnada de história que os seus traços componentes se destacam sempre bem ordenados, em função do elemento criador de sua vida econômica. A cana de açúcar” (CASTRO, 1987, 113).

Inserido na lógica positivista de seu tempo, Josué de Castro entende o fenômeno da fome condicionado às leis gerais que regulam as outras manifestações sociais de nossa cultura. Esta herança positivista está presente quando o autor realiza uma aplicação do método comparativo, com generalizações que ele considera, até certo ponto, válidas para inúmeras outras regiões tropicais do mundo.

Notamos, ainda, que trata, mesmo que de maneira tímida, a questão da escala geográfica – categoria de análise tão amplamente discutida pela geografia ao longo da sua história. Josué percebe que a escala é um ponto de vista e que sua escolha irá privilegiar determinados aspectos do espaço e excluir outros.

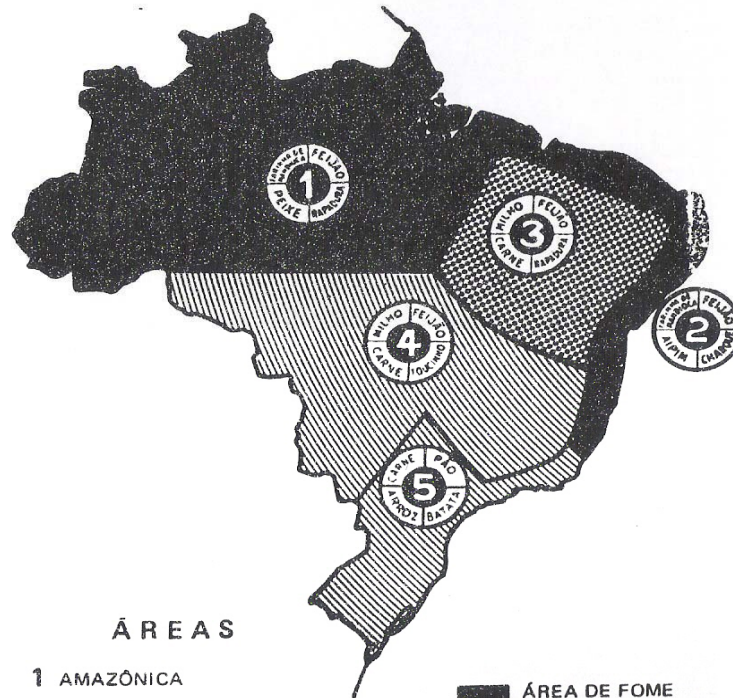
Desta forma, opta por aquilo que ele chamou de “visão panorâmica de conjunto”, ressaltando que os detalhes desapareceriam nesta escala. Entretanto nela seria possível identificar as ligações, as influências e as conexões dos múltiplos fatores que interferem na manifestação do fenômeno da fome.

### **A regionalização da Fome no Brasil**

Seguindo tal “método” na Obra *Geografia da Fome*, Josué identifica cinco regiões de fome coletiva, onde ao menos a metade da população apresenta carências permanentes ou transitórias no seu estado de nutrição. São elas: **Amazônia, Mata do Nordeste, Sertão do Nordeste, Centro-Oeste e Extremo Sul**, sendo as três primeiras, nitidamente, regiões de fome. Vejamos o mapa abaixo:

## MAPA DAS ÁREAS ALIMENTARES DO BRASIL

ORGANIZADO PELO AUTOR



### ÁREAS

- 1 AMAZÔNICA
- 2 NORDESTE E AÇUCAREIRO
- 3 SERTÃO NORDESTINO
- 4 CENTRO-OESTE
- 5 EXTREMO SUL

- ÁREA DE FOME ENDÊMICA
- ▨ ÁREA DE EPIDEMIAS DE FOME
- ▩ ÁREA DE SUB-NUTRIÇÃO

Desta regionalização decorre a realização de um “documentário geográfico da fome” (1987, 259), conforme denominado pelo autor que, calcula as calorias suficientes para cada tipo humano baseado nos diferentes gêneros de vida. Por isso estuda os hábitos de vida, as tradições alimentares de cada região, o regime de trabalho, a cultura e o cotidiano de cada população, entre outros aspectos.

A primeira região analisada nesta obra é a **Amazônica**. Castro define esta região pelos limites que é hoje denominado Amazônia Legal. O alimento básico é a farinha de mandioca. A partir disso realiza um levantamento histórico, social, biológico e natural,

revelando como uma região de pouca concentração populacional possui um regime de economia destrutiva – extrativismo – onde na relação homem e natureza, foi preciso vencer a floresta e a água para que se pudesse ter algum êxito econômico.

Como se deu essa relação? Ao longo de suas obras, o autor trabalhou um dos temas caros à geografia: a relação entre natureza e cultura. Nesse sentido, buscou entender, por exemplo, a influência da cultura indígena na alimentação, com pouco o nenhum sal, do seringueiro, bem como o pão dos trópicos – farinha regional que constitui um complemento obrigatório e preparado mediante técnicas indígenas.

No que tange o papel da natureza no processo de fome. Josué destaca como principais aspectos a floresta como obstáculo para a criação de gado. A região “dispõe hoje de 2/5 do rebanho necessário para satisfazer a população” (CASTRO, 1987, 67). Ressalta ainda que, além da pouca quantidade necessária, o rebanho ainda se encontra concentrado em poucas mãos, (um fator essencialmente social).

Nesse sentido, verifica os limites da pecuária desenvolvida em pequenas áreas de campos abertos, situada na Ilha de Marajó, na foz Rio Branco, Mato Grosso e Goiás, tratando essas áreas a partir dos seus fatores físicos e como eles levam a um “tipo” de cultivo. É a adaptação do homem ao meio, é a natureza fazendo parte da história do homem, tornando possível o desenvolvimento dos “modos de vida”.

Destaca também que é justamente nas áreas inundáveis dos rios que se produz feijão e arroz, nos quais somado aos peixes, crustáceos, ovos de tartaruga e farinha compõem a dieta local. Novamente natureza e cultura se fazem presentes na análise de Josué de Castro.

E a castanha do Pará? Alimento abundante e tão conhecido da região amazônica no Brasil e no mundo. Por que, mesmo com ele, existe fome? Josué explica que é um fruto oleaginoso, com alto teor de gordura, portanto indigesto. “Aí a razão pela qual a castanha-do-pará, constituindo uma das riquezas desta região, não é absolutamente

um produto de sustentação regional, mas de simples exportação para as zonas frias e temperadas”(CASTRO, 1987, 72).

Com efeito, identifica um regime alimentar insuficiente, quase com ausência absoluta de proteína animal e sais minerais, cálcio, ferro e cloreto de sódio, até porque o solo é pobre em nutrientes na Amazônia (latossolo), havendo, portanto, predominância das proteínas vegetais e ausência de vitaminas.

O autor trabalha ainda a ação do clima sobre o metabolismo. Não de forma determinista, mas entende, por exemplo, que o clima influencia o ritmo das trocas energéticas e conseqüentemente nas trocas calóricas. “O clima amazônico de tipo quente e super úmido [...] condiciona forçosamente o organismo humano a uma sensível baixa do seu metabolismo. Assim, quando o ideal de ingestão calórica é em torno de 3.000, um total de 2.400 calorias é, pois, suficiente para as necessidades fisiológicas [...]” (CASTRO, 1987, 76). Nesse sentido, o clima amenizaria os possíveis problemas resultantes da falta de energia. E, é claro, não estaria aí a solução, pois o seringueiro, segundo Castro possui um regime alimentar que lhe fornece em torno de 1.800 a 2.000 calorias diárias.

As conseqüências da deficiência alimentar desta região são, conforme apontadas pelo autor: estatura abaixo do normal, cáries dentárias, anemia, desequilíbrio iônico, esgotamento neuromuscular e fadiga. A falta dos elementos do complexo B gera o Beribéri – paralisias do sistema nervoso. Assim:

*A maior parte dos desbravadores da borracha que ali chegavam, atraídos pelo rush do produto, foi derrubada pela terrível doença. Chegavam dispostos e cheios de entusiasmo, vindos a maior parte deles das terras secas do Nordeste e deslumbrados com a abundância de água na região. Metiam-se mato adentro pelas estradas dos seringais [...] o nômade que tinha atravessando léguas e léguas a pé, distâncias intermináveis por picadas, rios igarapés e paranás, vencendo como um bravo todos os obstáculos, tinha que se entregar sem resistência ao golpe terrível do beribéri (CASTRO, 1987, 92).*

Por fim, em seu levantamento histórico-social crítica, o plano de desenvolvimento para a Amazônia no qual se previa a aplicação racional dos recursos técnicos e humanos

capazes de mudar a paisagem econômica da região e suas conseqüências na geração de fome na população.

*Apesar dos investimentos feitos e dos esforços despendidos, continua a Amazônia a ser uma região marginal no conjunto da economia nacional, apresentando níveis de renda proporcionalmente tão baixos em relação aos níveis nacionais quanto no início da execução do Plano, o que só pode ser explicado pela falta de capacidade e de idoneidade dos dirigentes deste plano de recuperação regional (CASTRO, 1987, 112).*

A segunda região de estudo, estabelecida por Josué, corresponde ao **Nordeste Açucareiro**, onde o alimento básico é a farinha de mandioca, seria aquela que vai do litoral da Bahia até o Ceará. Aqui, o autor realiza uma nova regionalização, unindo a Zona do Cacau com a Zona do Açúcar. O cultivo da cana-de-açúcar seria o grande responsável pela destruição da floresta, pelo empobrecimento do solo e pelo fim das reservas de água. A “monocultura é uma grave doença da economia agrária”(CASTRO, 1987, 126).

Novamente, Castro busca entender a influência do índio e do negro nos hábitos alimentares da região. O índio contribuiu para o consumo da mandioca, batata-doce, milho, guarapa de cana, guaraná, etc. Enquanto que o negro auxiliou num regime alimentar mais saudável, com a introdução do cultivo de plantas africanas, com processos culinários que se mostraram excelentes no aproveitamento dos recursos alimentares da região e ainda com o uso de temperos e óleos excelentes para a saúde, como o azeite de dendê, rico em vitamina A.

As tradições culinárias devem ser amplamente analisadas, segundo Castro, por serem impulsionadas por fatores econômicos. Assim, crê o autor que os tabus auxiliaram na formação de um tipo humano no nordeste, carente em proteínas do leite em vitaminas provenientes das frutas, por exemplo.

[...] recolhemos no Nordeste grande números dessas superstições alimentares, proibições, restrições ao uso de certos alimentos em determinados períodos, tudo sem nenhum fundamento biológico, puras sobrevivências culturais das interdições dos senhores a seus escravos e moradores (CASTRO, 1987, 154).

Entretanto, com um solo rico – tipo massapé, com altas potencialidades de aproveitamento a região se apresenta com graves deficiências alimentares onde as principais carências são de proteínas e vitaminas, tendo como conseqüências um crescimento lento e precário do indivíduo e a formação de edemas. O que explica isso? Castro vai buscar a resposta no tipo de habitação, renda, impacto com o fim da escravidão e conclui que “o meio social reduziu o homem” (CASTRO, 1987, 144).

Considerando estes “complexos sociais mais bárbaros do que a região amazônica”(CASTRO, 1987, 173), o autor entende o problema das endemias reinantes na região como resultado da atual (na época e mesmo hoje) situação econômica-social do Nordeste, decorrente de “erros históricos” na colonização; não sendo, assim, possível erradicar a maioria das endemias sem que a estrutura econômica-social e os hábitos alimentares sejam modificados. Deixa claro ainda que “o fenômeno regional das secas, embora grave, não poderá ser invocado, no estado técnico-científico atual, como principal fator de marasmo econômico do Nordeste” (CASTRO, 1987, 169). E por fim, defende que o Nordeste necessita integrar-se na economia nacional, resolvendo os problemas deixados pela monocultura da cana-de-açúcar e seu “exagerado mercantilismo”.

A terceira região de estudo, estabelecida por Castro corresponde ao **Sertão do Nordeste**. O autor une o agreste, a caatinga e o alto sertão numa única região e considera o milho como seu alimento básico, mas ressalta que:

Verifica-se, assim, que no mundo inteiro, as áreas do milho são áreas de miséria alimentar à exceção do sertão nordestino. É que, nesta área, a coexistência de certas condições naturais, e, principalmente, o gênero de vida local, com seus hábitos tradicionais, criaram na zona um complexo alimentar em que as graves deficiências protéicas e vitamínicas do milho são compensadas por outros componentes habituais da dieta. [...] se o sertão do Nordeste não estivesse exposto à fatalidade climática das secas, talvez não figurasse entre as áreas de fome do continente americano (CASTRO, 1987, 176-177).

Os gêneros de vida de que trata o autor são a agricultura de subsistência e a criação de gado que formam o tipo humano do sertanejo - um grupo humano que retira do meio



pobre em recursos adequados às necessidades básicas de sua vida. O sertanejo é ainda, segundo o autor, um grande apreciador de frutas e sua alimentação habitual é composta por feijão, farinha, batata-doce, inhame, rapadura e café. Mesmo com a disponibilidade desses alimentos, o sertanejo necessita retirar um potencial energético mais alto do que qualquer habitante de outra área equatário-tropical. Tanto pelo clima semi-árido, a que está submetido, onde a baixa umidade facilita uma perda de calor e acelera o metabolismo quanto pelo laborioso gênero de vida que exerce. Novamente, percebemos aqui que Josué de Castro calcula as calorias suficientes para cada tipo humano que encontra e define nas regiões da fome.

Em termos da fome nesta região, o que lhe é peculiar é o longo período de seca onde o sertanejo é capaz de comer “iguarias bárbaras”: raízes de umbuzeiro, xique-xique, sementes de fava-brava, de majerioca etc. Todo esse esforço é para sobreviver. Nesse período, distúrbios tróficos, diarréias, cegueira, edemas de fome, fissuras labiais seriam constantes, bem como o êxodo da região. É quando, “esgotadas as suas esperanças e reservas alimentares de toda ordem, iniciam os sertanejos a retirada, despejados do sertão pelo flagelo implacável”(CASTRO, 1987, 227).

Interessado ainda em entender a relação do sertanejo com o espaço do sertão, Castro coloca que nenhum povo do mundo, à exceção talvez do chinês, se mostra tão enraizado a uma terra que periodicamente se mostra tão ingrata, como o sertanejo ao Nordeste” (CASTRO, 1987, 243). E ainda. “apesar do seu seminomandismo, está rigidamente apegado à terra. Ainda hoje os fazendeiros são conhecidos muitas vezes pelo seu nome próprio e do lugar: Antonio Pedro do Salgadinho, seu Juca de Serra Branca [...]” (CASTRO, 1987, 243).

Neste quadro de fome epidêmica, surge ainda outro tipo humano – o cangaceiro – que “irrompe como uma cascavel doida desde monturo social significa, muitas vezes, a vitória do instinto da fome – fome de alimento e fome de liberdade – sobre as barreiras materiais e morais que o meio levanta”(CASTRO, 1987, 251). Disso resulta que “a seca não é a única desgraça que abate sobre o sertão. Juntam-se a ela o fanatismo religioso

e o banditismo, três fenômenos estreitamente associados”(CASTRO, 1987, 253). Trabalhando um pouco esses dois fatores, o autor vai mostrando como eles se relacionam com a fome, com a manipulação a expropriação econômica da população. Na verdade, durante todo o tempo Josué de Castro relaciona das as causas da fome com o arcabouço social; identificando uma arcaica estrutura agrária que resulta num complexo regional subdesenvolvido. Mostra que, no caso da fome, “nem todo o Nordeste é seco, nem a seca é tudo, mesmo nas áreas do sertão” (CASTRO, 1987, 259). Assim, a luta contra a fome deve ser entendida como uma “luta contra o subdesenvolvimento em todo o seu complexo regional, expressão da monocultura e do latifúndio, do feudalismo agrário e da subcapitalização na exploração dos recursos naturais da região” (CASTRO, 1987, 261).

A quarta região de Josué de Castro corresponde a Minas Gerais, sul de Goiás e Mato Grosso, e é chamada de **Centro-Oeste**. É, na verdade, classificada pelo autor como uma área de subnutrição, tendo o alimento básico, o milho, combinando-se com outros alimentos (carne, feijão, cana, vegetais, etc). As maiores carências encontradas foram as de vitaminas A, B e C, e de iodo. Conseqüentemente, os habitantes desta região desenvolvem, principalmente, o bócio e verminoses. Uma das explicações para o bócio, por exemplo, é que esta região está distante da costa, com condições geológicas e climáticas desfavoráveis à existência de reservas de iodo no meio natural.

Já que as deficiências alimentares são mais discretas e menos generalizadas, o maior destaque dado por Josué nesta região é aos impactos advindos da criação de Brasília. “Esta área central sofre no momento um grande impacto dos seus hábitos tradicionais de alimentação – do seu tipo de dieta – em face da mudança da capital da República para o Planalto Central” (CASTRO, 1987, 273). Desta forma, o autor coloca que mesmo sendo cedo para prever quais as alterações no padrão alimentar da região, será inevitável a influência de novos grupos que iriam se fixar na região, de novos métodos da utilização econômica da terra e da introdução das novas técnicas de produção. Num primeiro momento, Josué prevê até um agravamento das condições alimentares da zona rural, sugando para a nova metrópole – Brasília – as

disponibilidades alimentares da região. Entretanto, defende que, se a grande missão de Brasília é unificar as regiões do país, procurando atenuar os desníveis e desequilíbrios econômicos sociais, isso será revertido, com a superação dos problemas de subnutrição desta e das demais regiões.

Por fim, a região do **extremo sul**, localizada no Sul e Sudeste do Brasil, com exceção de Minas Gerais corresponde à região mais rica, aquela que recebeu forte influência alimentar dos imigrantes japoneses, italianos, espanhóis, possuindo uma alimentação variada, porém incompleta, sobretudo entre a população de baixa renda habitantes dos grandes centros urbanos da região. Assim, identifica deficiências alimentares de proteínas, ferro e vitaminas A, B e C, tendo como principal doença resultante a tuberculose.

A partir de 1987, Josué de Castro tornou-se um dos brasileiros de maior prestígio no país e no exterior. Sua *Geografia da Fome* ganhou imenso prestígio internacional não só pela seriedade e audácia com que enfrentou o grande tabu - a fome -, mas pela denúncia que fez da situação em que vivia a maioria da população do país.

Se a *Geografia da Fome* causou impacto, sobretudo para os grupos conservadores que procuravam esconder os problemas da fome e da miséria no país, maior impacto seria provocado em 1951, com o lançamento dos dois volumes da obra *Geopolítica da Fome*, no qual o autor mudou sua escala de trabalho, passando a analisar o problema no mundo inteiro. Se a mudança de escala do regional para o nacional foi observada na *Geografia da Fome*, no qual desceu à escala regional brasileira, analisando as características alimentares e as carências delas decorrentes em cada uma das cinco regiões em que dividiu o país, na ampliação de sua análise para a escala do mundo, procurou dividir a superfície da terra em áreas ricas e pobres, evidenciando o contraste Norte/Sul. Chamou a atenção para o fato de a maioria da população do mundo estar subalimentada e, com frequência, pessoas morriam de fome em todos os hemisférios, sobretudo no Sul, onde se localizavam os países então classificados como

subdesenvolvidos. Ligava, mais uma vez, o problema do subdesenvolvimento aos da fome e da pobreza. As conclusões, não surpreendentemente, são semelhantes às encontradas para o Brasil: o problema não é essencialmente de subdesenvolvimento, mas de distorção da economia dos países colonizados. A fome, mais uma vez, provou-se, não era a causa, mas a maior de todas as conseqüências da exploração do homem pelo homem. Novamente, relaciona a fome com a forma de exploração da terra, no caso da América Latina com o imperialismo econômico aqui praticado.

Discute ainda as principais teorias sobre a fome; as que tentam provar que a fome coletiva é um fenômeno natural irremediável e as que a explicam como fenômeno inserido no panorama cultural social e econômico de uma determinada região, ou como ele mesmo determinou: “a fome – praga fabricada pelo homem”. Advogado desta segunda corrente, nesta obra, Josué busca identificar as principais regiões da fome coletiva no novo mundo. Assim, divide o continente americano em dois setores continentais: A América Inglesa e a América Latina, sendo neste último setor que a fome se expressa de forma mais violenta, onde dois terços do total das populações que aí vivem sofrem com esse fenômeno.

Segundo Castro (1957, 160) “a fome tem sido, através dos tempos, a peia que entrava sempre o progresso latino-americano”. Diante deste quadro, o autor divide a América Latina em dois setores de fome de graus diferentes: um setor A – de alimentação extremamente defeituosa, onde se associam a fome quantitativa com as insuficiências qualitativas do regime alimentar e um setor B – de condições alimentares menos graves. Ao setor A corresponde: Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Chile, noroeste e extremo sul da Argentina, a metade ocidental do Paraguai e a metade norte do território brasileiro. Já o setor B estende-se pelo leste do continente, abrangendo as terras do centro-oeste e do sul do Brasil, Paraguai, Uruguai e o nordeste da Argentina.

Da mesma forma que em sua obra anterior, Castro busca encontrar os tipos humanos e os gêneros de vida que definem a sua região de estudo. Analisando as

características de cada tipo humano, encontra as tradições alimentares, hábitos, e atividades humanas que explicam as deficiências alimentares geradas e suas doenças correlatas.

O setor A, é caracterizado pela alimentação baseada no milho. Como visto antes, o insuficiente no seu teor de energia, o milho, é o causador de deficiências protéicas, minerais e vitamínicas. Para Castro, as populações deste setor, em sua maioria, vivem em um regime econômico semifeudal e é esta a grande causa da fome.

Já o setor B apresenta as regiões mais ricas do continente, onde se concentra sua maior força econômica. Encontra-se aqui fatores que amenizam a situação da fome. “neste setor onde se localizam as três grandes metrópoles industriais sul-americanas – Buenos Aires, Rio de Janeiro e São Paulo” (CASTRO, 1957, 185).

Mais uma vez o autor conclui:

A fome reinante nas terras sul-americanas é uma consequência direta do seu passado histórico: da história de sua exploração colonial, de tipo mercantil, desdobrada em ciclos sucessivos de economia destrutiva, ou pelo menos desequilibrante, da integridade econômica do continente – o ciclo do ouro, o ciclo do açúcar, o ciclo das pedrarias, o ciclo do café, o ciclo da borracha, o ciclo do petróleo, etc (CASTRO, 1957, 190).

## Considerações Finais

Do ponto de vista de suas duas obras aqui analisadas, temos ainda que destacar que Josué de Castro não se limitou a diagnosticar a fome do mundo, passou também a orientar como se poderia desenvolver a luta pela sua erradicação, concluindo sua “Geopolítica da Fome” com um capítulo sobre a “Geografia da abundância”, no qual condenava e responsabilizava o sistema colonial de organização do território, imposto pela expansão da civilização européia no mundo tropical, e sugeria a necessidade de se desenvolver uma política de correção dos seus impactos negativos. Política que

punha em choque os interesses das grandes potências e das classes sociais que os apoiavam.

Do ponto de vista da geografia e da grande contribuição que deu ao utilizar nossa disciplina para explicar o problema, Castro ao retratar a fome, estava evidenciando o subdesenvolvimento brasileiro e latino. Sua regionalização é realizada no moldes vidalinos, apresentando características e métodos geográficos em sua definição, tais como:

- 1- A região é definida pelos hábitos de vida, regime de trabalho e tipo humano;
- 2- Calcula-se as calorias suficientes para cada tipo humano baseado nos gêneros de vida;
- 3- Preocupa-se com a tradição alimentar;
- 4- Paisagem e região são sinônimos (como em Vidal de la Blache);
- 5- Quando propõe estudar o complexo geográfico da fome, está propondo estudar o meio geográfico.

As duas obras aqui analisadas definiriam de forma incontestada sua posição política e disposição de luta divulgados em vários idiomas fizeram crescer o respeito e torna conhecida a contribuição deste médico/geógrafo, com idéias ainda hoje atuais.

#### Referências Bibliográficas

CASTRO, Josué de. (1946) 1987. *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro: Edições Antares. 10ª edição.

\_\_\_\_\_. (1951) 1957. *Geopolítica da Fome*. São Paulo: Editora Brasiliense. 4ª edição.

FREITAS, Inês Aguiar de. Projeto de Pesquisa Natureza e Cultura na Geografia de Josué de Castro 2005, mimeog.

GONÇALVES, Carlos Walter P. e MANÇANO, Bernardo. 2000. *Josué de Castro Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular.

MENDOZA, J. et alli. 1982. *El Pensamiento Geográfico*. Madri: Alianza.